

## Letramento crítico nas aulas de Língua Portuguesa: propostas de atividades para uma efetiva formação integral dos estudantes na Educação Profissional e Tecnológica

### Critical literacy in Portuguese language classes: activities proposals for an effective integral formation of students in Technological and Professional Education

Heloise Vasconcellos Gomes Thompson<sup>1</sup>  
 Gabriela Moreira Roque<sup>2</sup>  
 Nathália Maia Valadares<sup>3</sup>

#### Resumo

Por meio deste artigo, pretende-se apresentar possibilidades de atividades para aulas de Língua Portuguesa em que se promova não apenas o desenvolvimento de habilidades linguísticas, mas também o desenvolvimento de habilidades de letramento crítico, capacitando os estudantes a atuarem de forma autônoma e consciente nas práticas sociais de que participam. Para tanto, este trabalho propõe breve reflexão acerca do panorama geral de ensino de Língua Portuguesa na Educação Profissional e Tecnológica, além de mostrar os potenciais de um trabalho que atrele os preceitos de uma educação emancipatória (GADOTTI, 2012) e a abordagem de textos pela perspectiva do letramento crítico (TILIO, 2017), com vistas a propiciar uma formação efetivamente integral dos discentes. As atividades propostas são resultado de ações de um projeto de pesquisa empreendido no âmbito de um Instituto Federal da região metropolitana do Rio de Janeiro com a participação de uma docente e duas alunas do Ensino Médio Integrado. Defende-se, neste artigo, que a abordagem crítica dos textos nas aulas de Língua Portuguesa é instrumento essencial para a formação de indivíduos capazes de transformar a realidade por meio do uso consciente e reflexivo da linguagem.

**Palavras-chave:** Ensino de Língua Portuguesa. Letramento crítico. Educação emancipatória.

#### Abstract

This essay intends to present possibilities of activities for Portuguese Language classes through which not only linguistic abilities may be developed but also critical literacy abilities, enabling students to act autonomously and consciously in social practice. To accomplish that, this work proposes a brief reflection on Portuguese Language teaching in Professional and Technological Education. In addition to this, the potentials of an approach which conjoins emancipatory education ideals (GADOTTI, 2012) and critical literacy principles (TILIO, 2017) are presented in order to guarantee an effective integral formation of students. The activities suggested are results of a research project done by a teacher and two Ensino Médio Integrado students in a Federal Institute in the metropolitan region of Rio de Janeiro. In this work, it is defended that a critical approach for texts in Portuguese Language classes is an essential instrument to form individuals capable of transforming reality through a conscious and reflexive use of language.

**Keywords:** Portuguese Language teaching. Critical literacy. Emancipatory education.

<sup>1</sup> Doutorado. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1765-6300> E-mail: [heloisethompson@gmail.com](mailto:heloisethompson@gmail.com).

<sup>2</sup> Ensino Médio Integrado em Administração. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0317-5992>. E-mail: [gamoro88@gmail.com](mailto:gamoro88@gmail.com).

<sup>3</sup> Ensino Médio Integrado em Administração. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4271-6571>. E-mail: [nathaliamaivaladares@gmail.com](mailto:nathaliamaivaladares@gmail.com).

## 1 Palavras iniciais

O debate sobre a necessidade de um ensino para a vida e para a prática cidadã não é novo; no entanto, ao observamos os currículos e a própria práxis escolar, percebemos que a adoção de uma educação emancipatória (GADOTTI, 2012) e de um ensino crítico dos componentes curriculares ainda não é realidade na maioria das escolas.

No que diz respeito aos Institutos Federais, por exemplo, de acordo com a Lei 11.892, na seção II artigo 6º, eles têm como uma de suas finalidades:

ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. (BRASIL, 2008)

Em outras palavras, podemos afirmar que a Rede Federal de ensino almeja formar o indivíduo para sua inserção no mercado de trabalho, capacitando-o para atuar em uma área técnica.

No ano de 2007, o Ministério da Educação publicou o Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio, apresentando conceitos e orientações para o trabalho nessa esfera da educação. No referido documento, o Ensino Médio Integrado é descrito como expressão de “uma concepção de formação humana, com base na integração de todas as dimensões da vida no processo educativo, visando à formação omnilateral dos sujeitos. Essas dimensões são o trabalho, a ciência e a cultura” (BRASIL, 2007, p.40). Por meio dessa definição, pode-se compreender que se espera da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio um ensino para além da capacitação dos indivíduos para atuação na área técnica. Na prática, porém, essa definição ainda não é amplamente aplicada.

Com o objetivo de cumprir as finalidades previstas em sua lei de criação, muitas vezes, o ensino das disciplinas propedêuticas nos Institutos Federais é organizado de forma a agregar especialmente no exercício da função técnica. De acordo com Novaes (2011, p. 7634), “no ensino de produção de texto da Educação Profissional, tem-se o foco nos gêneros textuais ligados ao ambiente de trabalho”. Ainda sobre o ensino de Língua Portuguesa, Valezi e Cox (2011, p. 159) afirmam que este “é concebido, portanto, como base instrumental, direcionando-se para o desenvolvimento exclusivo de habilidades linguísticas que objetivem o exercício competente da profissão na contemporaneidade”. Apontamentos como esses nos fazem compreender que, de fato, o ensino, em especial de Língua Portuguesa, nos Institutos Federais, ainda carece de ações que verdadeiramente promovam uma formação cidadã, capaz de preparar os discentes para atuação autônoma e transformadora nas práticas sociais em que se

envolvem.

Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo apresentar algumas possibilidades de trabalho para o ensino de Língua Portuguesa, buscando promover não apenas o desenvolvimento de habilidades linguísticas e de leitura, mas também habilidades de letramento crítico (TILIO, 2017). As propostas de atividades a serem apresentadas são resultado das ações de um projeto de pesquisa que buscou propor possibilidades práticas para o trabalho com o letramento crítico nas aulas de Língua Portuguesa no âmbito da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio.

Nas próximas seções, apresentaremos os principais referenciais teóricos que embasaram as ações realizadas no âmbito do projeto, seguidos da metodologia adotada pelo grupo de trabalho. Posteriormente, mostraremos algumas propostas de atividades para a sala de aula, assim como reflexões acerca de sua pertinência. Por fim, são apresentadas nossas considerações finais sobre a necessidade de se promover um ensino que verdadeiramente prepare os sujeitos para atuação ativa e transformadora na sociedade em que se inserem.

## **2. O ensino de língua portuguesa na Educação Profissional e Tecnológica: breves reflexões**

Conforme já salientado, um dos grandes desafios do ensino no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica está relacionado aos objetivos basilares dessa rede, que preconiza a formação discente para atuação no mercado de trabalho. Apesar de se defender uma formação integrada, capaz de preparar os indivíduos para atuação em sociedade por meio do trabalho com todas as dimensões da vida no processo educativo, essa concepção de educação ainda coloca em primeiro plano a dimensão do trabalho, visto que defende que “a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho” (BRASIL, 2007, p. 41). Dessa forma, ainda que se busque desenvolver habilidades e competências que servirão à atuação do indivíduo em diferentes contextos sociais, o ponto de partida para esse desenvolvimento é a relação do ser humano com o trabalho.

É evidente que o problema não está no fato de se almejar o preparo dos alunos para a prática profissional, mas sim no hiperfoco dado a essa dimensão da vida, deixando as dimensões da ciência e da cultura em um patamar menos privilegiado em sala de aula. Esse tipo de abordagem promove o apagamento das identidades outras pertencentes aos indivíduos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. De acordo com Moita Lopes (2002, p.36), “as identidades sociais de classe social, gênero, sexualidade, raça, idade, profissão etc. são simultaneamente exercidas pelas mesmas pessoas nas mesmas ou em práticas discursivas diferentes”. A escola, portanto, precisa auxiliar os indivíduos no

desenvolvimento de sua conscientização acerca de suas identidades e sua manifestação nas práticas sociais diversas em que se inserem. Priorizar uma identidade em detrimento de outras é negar a essência diversa e múltipla dos aprendizes.

No que tange ao ensino de Língua Portuguesa na Educação Profissional, observa-se a predominância de uma abordagem voltada para fins específicos associados à área técnica de estudo. Valezi e Cox (2011) afirmam que, no âmbito do ensino técnico-profissionalizante, adota-se uma concepção instrumental, voltada exclusivamente para o desenvolvimento de habilidades linguísticas que agreguem na prática profissional dos indivíduos. Assim,

(n) ão se almeja formar um leitor-escrevente que circule tão bem no mundo da vida quanto no mundo do trabalho, mas sim um leitor-escrevente que se conforme à bitola do mercado de trabalho, um leitor-escrevente que saiba ler e produzir os gêneros discursivos técnicos de sua profissão. (VALEZI; COX, 2011, p. 159)

Tomando por base uma pesquisa realizada pelas referidas autoras no âmbito do Instituto Federal do Mato Grosso, pode-se identificar que, de maneira geral, a disciplina de Língua Portuguesa está presente na maioria dos cursos oferecidos pela instituição. Segundo as pesquisadoras, isso é resultado da preocupação dos idealizadores desses cursos em relação à atuação dos alunos no mercado de trabalho, que se mostra cada vez mais exigente no que se refere à sua formação para a atuação profissional. Valezi e Cox (2011, p. 159) afirmam que “(a) sincronia entre as demandas do mercado de trabalho e a educação formal é uma meta sempre almejada pelo ensino técnico profissionalizante em toda a histórica da educação profissional no país”. Essa postura revela uma concepção bancária de educação, que se opõe diretamente aos preceitos de uma educação que preza pela formação omnilateral dos indivíduos. Em outras palavras, o discurso de uma formação integral não tem se manifestado na prática das instituições de Educação Básica e Tecnológica.

Em um estudo mais recente, Cavalcante et al (2021) analisam o currículo da disciplina de Língua Portuguesa em dois cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio oferecidos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. De acordo com os autores, “os saberes priorizados no currículo institucional estão mais voltados para o letramento da letra, deixando de fora a articulação com os letramentos multissemióticos e a interdisciplinaridade com outras áreas do conhecimento” (CAVALCANTE et al, 2021, p. 694). Os pesquisadores afirmam que o ensino de Língua Portuguesa na instituição não atende ao que se espera de um profissional técnico de nível médio, visto que as organizações têm cada vez mais buscado por profissionais capazes não apenas de desempenhar suas funções técnicas, mas também de se comunicar e interagir em contextos diversos, especialmente aqueles do ambiente profissional.

Por meio dos resultados obtidos nas duas pesquisas citadas, percebemos que, de maneira geral, o ensino de Língua Portuguesa no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica tem buscado capacitar os discentes para atuação na área técnica de sua escolha e até mesmo esse ensino focado na dimensão do trabalho é insuficiente para suprir as demandas da sociedade atual seja na esfera profissional ou não. Diante desse cenário, percebemos a necessidade urgente de que o ensino de Língua Portuguesa - e das disciplinas propedêuticas como um todo - seja revisto e repensado.

A Educação Profissional e Tecnológica, além de formar alunos para atuarem no mercado de trabalho, precisa capacitá-los para que sejam autônomos (NICOLAIDES et al, 2013) e se tornem protagonistas de cidadania ativa para além do ambiente profissional, sendo capazes de transformar os diversos contextos em que se inserem. Para tanto, o ensino de todas as disciplinas, técnicas e propedêuticas, deve colaborar para o desenvolvimento integral dos alunos (FRIGOTTO, 2001), estimulando o pensamento crítico e visando a capacitação dos indivíduos para atuação no mundo.

Acreditamos que uma formação verdadeiramente integrada é capaz de propiciar de forma equilibrada o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias à atuação dos cidadãos nas dimensões profissional, científica e cultural. Adicionamos, ainda, a esta lista, a dimensão social, essencial para participação efetiva de qualquer ser humano nas diversas práticas sociais de que participam.

### **3. Educação emancipatória e letramento crítico no ensino de língua portuguesa: ferramentas para uma formação integral**

A promoção de uma formação integral dos indivíduos, que possa os capacitar para atuação autônoma e cidadã nos diversos contextos sociais, pode ser alcançada por meio da adoção de uma concepção emancipatória de educação. Segundo Gadotti (2012, p.2),

os processos educativos precisam estar comprometidos com uma visão de mundo transformadora, inconformada com um mundo injusto e insustentável em que vivemos. Por isso, uma perspectiva emancipatória da educação e do trabalho deve desenvolver a capacidade de pensar criticamente a realidade e promover a justiça e a solidariedade, fundada na ética, e respeitando a dignidade e a autonomia do educando. Daí a importância estratégica do professor como intelectual transformador e a escola como um espaço de contestação e de construção de uma visão crítica da sociedade, formando para o exercício da cidadania desde a infância. (GADOTTI, 2012, p. 2)

Com base no pensamento de Gadotti (2012), percebemos que uma educação que vise à transformação social e que permita ao indivíduo participar desse processo precisa capacitá-lo a pensar criticamente. Assim, a sala de aula precisa ser um espaço que propicie o desenvolvimento das habilidades de letramento crítico, dando voz aos discentes e tornando-os co-construtores do

conhecimento. De igual modo, o professor precisa assumir um papel de mediador do processo de ensino e aprendizagem, sendo capaz de promover a reflexão crítica acerca da realidade e motivar a ação transformadora dos educandos nas práticas sociais em que se inserem.

Sendo assim, uma concepção emancipatória de educação opõe-se diretamente à visão neoliberal de educação, que se sujeita aos ditames do mercado objetivando suprir suas demandas por meio do fornecimento de mão-de-obra. Observe essa oposição no quadro a seguir:

Educação bancária	Educação emancipatória
Fabricação de mão-de-obra, satisfazendo os ditames do mercado	Problematização da realidade
Desprezo ao saber dos educandos	Ideia de que todos produzem conhecimento e todos aprendem juntos
Repetição e memorização	Voltada para a necessidade dos educandos
Ensino verbalista sem diálogo com a realidade	Respeito e valorização da trajetória de vida dos educandos

**Quadro 1:** Princípios da educação emancipatória x Princípios da educação neoliberal

**Fonte:** elaboração própria

Como podemos observar por meio do Quadro 1, uma concepção emancipatória de educação considera o aluno como sujeito produtor de conhecimento, valorizando sua trajetória de vida e voltando-se para as suas necessidades, em especial sua atuação cidadã. Nessa linha de pensamento, no que tange especificamente ao ensino de Língua Portuguesa, acreditamos que a adoção de uma concepção emancipatória de educação aliada a um trabalho pautado no desenvolvimento de habilidades de letramento crítico pode se constituir de ferramenta poderosa na garantia de uma formação efetivamente integral dos indivíduos.

Carbonieri (2016, p. 13) afirma que o letramento crítico é “uma perspectiva educacional que tem como propósito instigar o indivíduo a repensar sua realidade, auxiliando-o a tornar-se mais consciente e autônomo para transformá-lo, se assim o decidir”. Assim, por meio da leitura ativa e reflexiva de textos diversos em sala de aula, o discente poderá (re)construir suas concepções acerca da realidade em que se insere e propor formas de transformá-la.

Acreditamos, portanto, que o trabalho com o texto, nas aulas de Língua Portuguesa, não deve se restringir à análise de aspectos linguísticos, mas precisa relacionar a aprendizagem da gramática aos

usos reais da língua nas práticas sociais, além de explorar as mensagens neles contidas, abrindo espaço para o entendimento e reflexão acerca da ideologia presente no texto, da perspectiva privilegiada na abordagem de seu conteúdo e as perspectivas que foram desconsideradas nessa abordagem, das relações de poder evidenciadas no discurso, das identidades (des)legitimadas.

A importância de se adotar uma abordagem de ensino de Língua Portuguesa que privilegie o desenvolvimento de habilidades de letramento crítico dos alunos encontra-se na sua capacidade de contribuir para “a reconstrução de identidades, subjetividades, narrativas, relações de poder e realidades na esfera social aliada ao trabalho de exploração do texto” (TAKAKI, 2012, p. 984). Por meio da adoção de uma percepção crítica, é possível ensinar não só a língua no âmbito do código linguístico, mas seu uso e funcionamento no cotidiano. Mais ainda, pode-se, por meio dos diferentes gêneros textuais utilizados em sala, propor questões que envolvam reflexões e debates, contribuindo para a ampliação das práticas de autoria de sentidos por parte dos discentes.

Tomando por base os princípios de uma concepção emancipatória de educação e os preceitos que envolvem o trabalho com o letramento crítico, apresentaremos, em seção a seguir, uma proposta de atividade de Língua Portuguesa que busca promover o ensino de aspectos linguísticos e literários por meio da discussão de textos que relatam ou se associam a fatos da história do Brasil que foram e ainda são cruciais para a construção do que se entende como identidade brasileira. Assim, pretende-se propiciar espaço para o debate e questionamento acerca da realidade dos fatos associados ao “descobrimento” do Brasil e à literatura quinhentista.

#### 4. Percurso metodológico

As atividades a serem apresentadas neste artigo são resultado de um estudo empreendido no âmbito de um projeto de pesquisa que envolveu uma docente de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e duas alunas-bolsistas de Ensino Médio Integrado. A pesquisa teve cunho qualitativo e envolveu duas etapas de trabalho: pesquisa bibliográfica e elaboração de propostas de atividades para o desenvolvimento do letramento crítico nas aulas de Língua Portuguesa.

Na etapa de pesquisa bibliográfica, foram realizados encontros entre os membros do grupo de trabalho para a leitura e discussão de textos que abordavam temáticas basilares para a confecção das atividades, como letramento crítico (TILIO, 2017), educação emancipatória (GADOTTI, 2012), identidade (MOITA LOPES, 2002), entre outros. Essa etapa foi essencial para que o grupo conseguisse aplicar os conceitos que nortearam a pesquisa.

Na fase de elaboração das atividades, o grupo avaliou os conteúdos da ementa da disciplina de Língua Portuguesa e Literaturas II, ofertada no segundo semestre dos cursos de Ensino Médio Integrado no campus de origem das pesquisadoras e verificou os temas previstos que propiciavam a realização de aulas mais dialogadas. Após essa avaliação, as pesquisadoras concluíram que o tema do Quinhentismo possibilitava a promoção de debates interessantes e pertinentes não apenas ao desenvolvimento do letramento linguístico e literário dos estudantes, mas também do letramento crítico.

Posteriormente à escolha do tema, o grupo buscou, na internet, textos diversos que dialogassem com a temática do Quinhentismo presente nos autos e crônicas históricas típicas do movimento. Assim, compilaram-se imagens, letras de música e textos literários, que, após curadoria das pesquisadoras, foram considerados para a montagem do material didático. As atividades elaboradas para o trabalho com os textos coletados buscaram abordar questões de cunho literário, linguístico, histórico e social, colocando em prática o pensamento defendido por Tilio (2017, p. 26) de que “o enfoque no letramento crítico não despreza outros trabalhos, com habilidades linguísticas e de lexicogramática, por exemplo, mas o estende à interpretação e à transposição social, de forma a tornar a experiência de aprendizagem realmente uma prática social”.

Na seção a seguir, apresentamos e comentamos algumas das atividades elaboradas no âmbito do projeto.

## **5. O letramento crítico em sala de aula: repensando as contribuições indígenas para a formação da nação brasileira**

A pesquisa empreendida gerou como resultado uma sequência de atividades para a disciplina de Língua Portuguesa e Literaturas II, do 2º período do Ensino Médio Integrado de um campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia localizado na região metropolitana do Rio de Janeiro. As atividades visavam ao desenvolvimento do letramento crítico dos estudantes e se pautaram na discussão de temáticas vinculadas ao Quinhentismo, em especial à imagem do indígena construída nos textos pertencentes a esse movimento literário.

A abordagem da temática indígena é prevista, desde 2008, na Lei 11.645, que torna obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, tanto na esfera pública quanto na privada. No entanto, mais de 20 anos depois, ainda é escassa a discussão dessa questão no trabalho em sala de aula de maneira geral.

O parágrafo 1º do artigo 1 da referida lei salienta que o conteúdo programático do currículo das instituições de ensino deve contemplar



diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (BRASIL, 2008)

Levando em consideração as orientações da lei, as atividades elaboradas pelos membros do projeto tiveram como foco o Quinhentismo, temática comumente abordada no 1º ano do Ensino Médio na disciplina de Língua Portuguesa e Literaturas, trazendo à luz a reflexão acerca da construção endemonizada da imagem do indígena nos textos quinhentistas e promovendo o reconhecimento da contribuição dos povos originários para a formação da nação brasileira.

Além dos aspectos legais, a escolha pela abordagem de temáticas voltadas para as questões indígenas e étnico-raciais no geral deu-se por esse debate ser de suma importância para que os estudantes possam (re)conhecer e resgatar essa raiz histórica e cultural de sua formação como cidadãos brasileiros, muitas vezes invisibilizada no processo de construção de identidade dos indivíduos. Mais ainda, abordar tais temáticas em sala de aula pode contribuir para a desmistificação e a desconstrução de estereótipos comumente relacionados aos povos originários. Dessa forma, acredita-se que

as etno-histórias podem fomentar a ressignificação das identidades plurais dos diferentes grupos étnicos brasileiros, contribuir para a construção de um olhar mais sensível, empático e humano para com os povos originários, percebendo e valorizando as diferenças e entendendo ainda que, assim como qualquer outro grupo, indígenas estão em constante mudança e seus povos são constituídos por pessoas com suas singularidades, sentimentos, visões, valores, desejos, medos, anseios, receios etc. (BACK; BEATO-CANATO; AMORIM, 2021, p. 1026)

Nesse sentido, a sala de aula apresenta-se como um espaço de transformação, onde o aluno pode ter contato com realidades e perspectivas diferentes e similares à sua própria vivência. Todavia, sabemos que essas diversas realidades não costumam ser representadas em sua totalidade nos materiais didáticos, havendo a priorização de alguns grupos em detrimento de outros. Desse modo, o trabalho por meio da discussão de questões referentes à história e à cultura indígena, comumente marginalizada, é uma forma de reverter, mesmo que minimamente, o processo de apagamento histórico que invisibiliza o protagonismo desses grupos para a formação da história e da cultura brasileira.

O material desenvolvido difere do que geralmente é utilizado nas aulas do Ensino Profissional e Tecnológico, que tradicionalmente tende a valorizar um ensino tecnicista e voltado para o mercado de trabalho. A abordagem adotada visa utilizar o espaço das aulas de Língua Portuguesa para pensar os textos e a realidade de forma crítica, valorizando o conhecimento de vida dos estudantes e colocando o

professor no papel de agente transformador (GADOTTI, 2012). Por questões de espaço, o material não será apresentado em sua totalidade, mas serão brevemente comentadas algumas questões elaboradas pelo grupo de trabalho, que objetivaram associar os conceitos e práticas de uma educação emancipatória ao desenvolvimento de habilidades de letramento crítico.

Para início da sequência de atividades, propõe-se a contextualização e início do debate em sala de aula por meio de questões que já abram espaço para a reflexão acerca do contexto sócio-histórico em que se situa o Movimento Quinhentista. Assim, a partir da observação de pinturas que representam cenas do período de colonização do Brasil, são propostas perguntas que levem os alunos a pensar criticamente a imagem de indígena construída nessas imagens e a perspectiva pela qual a história é nelas contada. Veja:



Reprodução do quadro "Desembarque de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro, 1500", pintado por Oscar Pereira da Silva, em 1900.



Reprodução do quadro "A primeira missa no Brasil", pintado por Vitor Meireles em 1860.



Reprodução do quadro "Índios Atravessando um Riacho (O Caçador de Escravos)", pintado por Jean Baptiste Debret entre 1820 e 1830.



Reprodução do quadro "Prisioneiros indígenas", pintado por Jean Baptiste Debret em 1834

Observe, atentamente, as imagens anteriormente apresentadas e converse com colegas sobre as questões a seguir:

- Qual é a temática comum a todas as imagens?
- As duas primeiras imagens fazem referência ao período do Brasil colonial. O que elas revelam sobre nossa história?
- De que forma os povos nativos são representados nas imagens? Caso prefira, aponte características com base no que já leu e/ou ouviu sobre os indígenas no contexto do "descobrimento".
- Na sua opinião, as imagens retratam de forma coerente e verossímil (próximo à realidade) todos os eventos ocorridos no período da colonização? Justifique sua resposta.

**Figura 1:** atividade inicial para reflexão acerca do contexto sócio-histórico

**Fonte:** elaboração própria

Os questionamentos gerados na atividade anteriormente apresentada têm como objetivo levar os alunos a identificarem a perspectiva que geralmente é escolhida para a narração dos fatos da história do Brasil - a perspectiva eurocêntrica - e reflitam sobre como esse ponto de vista é parcial, visto que privilegia uma única versão dos fatos. Assim, fazemos coro ao pensamento de Vygotsky (1978) e defendemos que o trabalho com o letramento crítico possibilita o questionamento e a ressignificação de relações ideológicas e de poder naturalizadas. Na tarefa proposta, o debate em sala de aula pode contribuir para que os indivíduos reflitam e ressignifiquem os papéis comumente associados ao povo colonizador – heróis desbravadores - e ao povo colonizado – seres selvagens – na narrativa de construção da nação brasileira.

Em outra atividade do material elaborado, sugere-se a análise de obras quinhentistas, refletindo não apenas acerca das características do movimento literário manifestadas nesses textos, mas também sobre como eles constroem uma imagem negativa do indígena, disseminando preconceitos e construindo estereótipos que permanecem presentes na sociedade brasileira atual. Observe:

TEXTO 1: Trechos da obra *Tratado da Terra do Brasil*, seção “Da condição e dos costumes dos índios da terra”, escrito por Pero Magalhães Gândavo

TEXTO 2: Trechos do segundo ato do *Auto Representado na Festa de São Lourenço*, escrito por José de Anchieta

- a) Como os indígenas são retratados na crônica histórica apresentada no Texto I?
- b) O segundo parágrafo apresentado no Texto I aborda o extermínio dos povos indígenas, especialmente aqueles que habitavam a região costeira. Qual a justificativa dada por Gândavo para o genocídio dos nativos realizado pelos portugueses? O que isso revela acerca da mentalidade do “homem branco europeu”?
- c) Qual é a imagem de indígena construída no Texto II? Por que você acha que isso aconteceu?
- d) Como a figura dos santos católicos é representada no Texto II? Com base nas características do movimento literário quinhentista, qual seria a motivação para tal representação?
- e) Os textos I e II são datados do período de colonização do Brasil, ou seja, foram escritos há muitos anos. Na sua opinião, as concepções associadas aos povos indígenas nesses textos permanecem presentes em nossa sociedade atual? Justifique.
- f) Se sua resposta foi ‘sim’ para a questão anterior, como você acha que podemos mudar essas concepções acerca dos povos indígenas?

**Figura 2:** proposta de atividade para a análise de textos quinhentistas

**Fonte:** elaboração própria

Nas questões propostas na Figura 2, são abordadas temáticas relacionadas ao Movimento Quinhentista, contemplando, assim, pontos da ementa formal da disciplina; no entanto, estende-se a discussão para a relação dessa temática com a língua, a história e a sociedade brasileiras. Além disso,

o item ‘f’ leva os alunos a pensarem em alternativas para mudar o contexto de violência marcado pelo uso de algumas expressões da língua portuguesa. Desse modo, colocamos em prática um dos princípios do Letramento Crítico, que é “trabalhar uma educação para a justiça social, demonstrando compromisso com a mudança, e, ao mesmo tempo, perturbando os alicerces sobre os quais naturalizações são construídas” (TILIO, 2017, p.28). Nesse sentido, reforçamos a ideia de que não basta refletir acerca das problemáticas que estruturam nossa sociedade, mas é necessário propor formas de transformar essa realidade, a fim de que práticas naturalizadas sejam desconstruídas e, aos poucos, alcancemos uma sociedade mais justa.

Outro ponto abordado no material é a visão indígena do processo de colonização do Brasil. Em uma das atividades, é apresentado o texto “Minha avó foi pega a laço”, escrito pelo autor indígena Daniel Munduruku, em que há a discussão sobre a origem da frase que dá nome ao texto, trazendo à reflexão as marcas de violência por trás dessa fala. Veja:

Trechos do texto “Minha avó foi pega a laço”, de Daniel Munduruku

(...) Acho esquisito quando alguém se orgulha de ter tido uma avó que foi escravizada por um homem que a usou durante toda uma vida e a obrigou a gerar filhos que provavelmente não queria. Penso que a maioria das pessoas não se dá conta de que esta narrativa é repetida tantas vezes e de forma poética para esconder uma dor que devia morar dentro de todos os brasileiros: somos uma nação parida à força. Foi assim com os primeiros indígenas forçados a receber uma gente que se impôs pela crueldade e pela ambição; uma gente que tinha olhares lascivos contra os corpos nus – e sagrados – das mulheres nativas. Foi assim com os negros trazidos acorrentados nos porões de navios para serem escravos de pessoas que se sentiam superiores apenas por conta da cor de sua pele; as mulheres eram usadas como domésticas e como amantes gerando “brasileiros” que eram desqualificados porque cresciam sem pai.

O Brasil foi “inventado” a partir das dores de suas mulheres e é importante não esquecermos esta história para podermos olhar de frente para nosso passado e aprendermos com ele. O Brasil precisa se reconciliar com sua história; aceitar que foi “construído” sobre um cemitério. (...)

- a) Qual é a origem do termo “pegar a laço”?
- b) O que essa expressão evidencia sobre a história do Brasil?
- c) O que o costume por trás dessa expressão revela acerca da visão europeia para com a mulher indígena? Você acha que essa concepção ainda está presente na nossa sociedade?
- d) Como podemos perceber, a língua é capaz de marcar, muitas vezes, desigualdades sociais e violências. Você consegue pensar em outras expressões da língua portuguesa que apresentam essa mesma característica? Se sim, cite-as.
- e) Escolha um termo ou expressão linguística que carregue alguma marca de desigualdade social ou violência apontado por você na questão anterior e sugira uma forma alternativa de denominação.

**Figura 3:** proposta de atividade para reflexão de formas linguísticas que carregam marcas de violência

**Fonte:** elaboração própria

Conforme indicado na Figura 3, as questões elaboradas para o trabalho com o texto de Munduruku fazem com que o discente reflita sobre uma outra perspectiva da história da construção da

nação brasileira, abrindo espaço para que o conhecimento naturalizado acerca dessa temática seja desconstruído. Assim, por meio da leitura sob um outro ponto de vista, o leitor desenvolve consciência crítica e é transformado (NETO, 2020).

Segundo Takaki (2012, p. 975), “(o) conhecimento é sempre reconstruído localmente e nunca está pronto como um produto fechado. É, antes, um processo incompleto e gerador de constantes modificações influenciado por uma gama de valores culturais, políticos, econômicos e sociais, que também são passíveis de mudanças”. Sendo assim, ao se propor a leitura de um texto que apresenta uma versão distinta para fatos amplamente conhecidos e aceitos como única verdade, como ocorre na história contada pelo autor indígena, criamos um ambiente favorável à reflexão e à reconstrução de significados, que podem - e devem - levar à mudança a partir dos indivíduos envolvidos nesse processo.

Evidencia-se, portanto, que é possível trabalhar aspectos linguísticos em sala de aula sem que eles sejam estritamente abordados por meio de metalinguagem e sem fins práticos para aplicação na vida dos estudantes. Desse modo, as aulas de Língua Portuguesa tornam-se instrumentos não apenas para o desenvolvimento de habilidades linguísticas, mas também para a formação de cidadãos críticos e conscientes do papel da linguagem como forma de agir no mundo.

Como fechamento da sequência de atividades elaboradas para o material, propõe-se que os alunos pensem a história do Brasil sob uma perspectiva diferente daquela comumente enfatizada. Assim, orienta-se que os discentes escrevam uma crônica recontando a famosa história do “descobrimento”, mas, agora, privilegiando o ponto de vista dos povos nativos. Confira:

Como a história do “Descobrimento do Brasil” seria narrada se tivéssemos acesso à perspectiva dos povos nativos? Com base nas discussões empreendidas até agora, reflita sobre o questionamento lançado e escreva uma CRÔNICA, relatando os momentos iniciais da chegada e permanência dos portugueses no Brasil sob o olhar do povo indígena. Se achar necessário, pesquise informações sobre esse acontecimento.

**Figura 4:** Proposta de atividade de produção textual sobre o “descobrimento” do Brasil

**Fonte:** elaboração própria

Por meio da atividade proposta, o aluno é levado a refletir e repensar a narrativa do “descobrimento” do Brasil, colocando-se no lugar daqueles que geralmente são retratados como “personagens coadjuvantes” da história - ou nem isso -, comumente narrada sob o ponto de vista eurocêntrico. Propostas como essa revelam que o trabalho com o letramento crítico

(p)roporciona meios para que o indivíduo questione sua própria visão de mundo, seu lugar nas relações de poder estabelecidas e as identidades que assume. Alicerça-se no desafio incansável à desigualdade e à opressão em todos os níveis sociais e culturais. Nesse sentido,

o letramento crítico só pode ser uma prática descolonizadora que busque interromper a colonialidade do poder ainda em curso. (CARBONIERI, 2016, p. 133).

Sendo assim, por meio da abordagem de textos sob o viés do letramento crítico, se propicia o questionamento das formas estabelecidas de dominação social e histórica, auxiliando no combate à perpetuação de desigualdades. Na atividade proposta, esse questionamento se dá por meio da reconstrução da narrativa do “descobrimento”, fazendo com que os discentes se coloquem no lugar dos povos nativos e tentem enxergar os fatos sob sua perspectiva. Desse modo, assim como Neto (2020, p. 136), defende-se que

a promoção de consciência crítica não basta quando a proposta educacional é o desenvolvimento de ações transformadoras. Uma vez consciente da realidade injusta, é importante criar meios de mudá-la. No ensino de línguas, o processo de transformação da realidade é possível principalmente por meio de produção de textos que denunciem o mundo tal como ele é (está), numa tentativa de convencer o “outro”, de desconstruir conceitos e dogmas, de dar voz ativa àqueles que são historicamente silenciados. Em outras palavras, é possível, por meio do ensino de línguas, não apenas conscientizar os educandos acerca de como a linguagem é utilizada para marginalizar certos grupos, mas também apontá-la como instrumento de libertação, de esperança de um mundo melhor. Com isso, os educandos podem perceber a linguagem como instrumento de luta. (NETO, 2020, p.136)

Por meio das atividades apresentadas, buscou-se evidenciar que é possível aliar o ensino de aspectos linguísticos e literários ao debate e reflexão acerca de discursos e identidades hegemônicos, colaborando para a sua desconstrução. A coadunação de temáticas linguísticas, literárias, culturais e histórico-sociais em sala de aula mostra-se como um caminho possível para o cumprimento dos verdadeiros preceitos de uma formação integral dos indivíduos. Espera-se que esse caminho possa ser traçado cada vez mais por professores, em especial de Língua Portuguesa, a fim de que, em um futuro próximo, seja possível identificar a efetiva integração entre discurso e prática na dinâmica de ensino das instituições da Educação Profissional.

## Considerações finais

Este artigo buscou trazer à reflexão o fato de que o ensino em instituições técnico-profissionalizantes, em especial da disciplina de Língua Portuguesa, ainda é muito instrumentalista, o que o distancia da promoção de uma formação efetivamente integral dos indivíduos. Nesse contexto, é essencial que se promovam ações que possibilitem o desenvolvimento de habilidades de letramento crítico, capacitando os educandos a atuarem de forma crítica, autônoma e efetiva não apenas na esfera profissional de sua escolha, mas em qualquer contexto social em que se inserirem.

É necessário compreender que o ensino de Língua Portuguesa não precisa deixar de abordar

aspectos linguísticos que estruturam os textos, mas, quando se tem como objetivo a formação integral e emancipatória dos educandos, é essencial que se vá além daquilo que se identifica na superfície textual. É preciso realizar um trabalho com o texto capaz de levar os alunos a compreenderem que o aprendizado acerca do funcionamento da língua não serve apenas para fins descritivos ou normativos, mas sim para instrumentalizá-los para a atuação e transformação social por meio da linguagem.

Por meio das reflexões propostas, defende-se que a adoção de uma concepção emancipatória de educação e o foco no desenvolvimento de habilidades de letramento crítico, especialmente nas aulas de Língua Portuguesa, se mostram estratégias profícuas em direção à promoção de uma formação integral dos indivíduos, capacitando-os para a atuação cidadã e autônoma nas práticas sociais de que participam.

### Referências

BACK, Rogério; BEATO-CANATO, Ana Paula Marques; AMORIM, Marcel Alvaro de. Etno-histórias nas escolas brasileiras: um caminho de aproximação com os povos indígenas. **Gragoatá**, Niterói, v.26, n. 56, p.1018-1051, set.-dez. 2021. Acesso em: 29 de jun. 2022. <https://doi.org/10.22409/gragoata.v26i56.49151>.

BRASIL. Lei 11.645/08 de 10 de Março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 2008.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências, Diário Oficial da União, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio**. Documento Base. Brasília: MEC, 2007.

CARBONIERI, D. Descolonizando o Ensino de Literaturas de Língua Inglesa. In: JESUS, D. M. de; CARBONIERI, D. (Org.). **Práticas de Multiletramentos e Letramento Crítico**: outros sentidos para a sala de aula de línguas. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

CAVALCANTE, Rivadavia Porto; CABRAL, Danilo Marcus Barros; SENNA, Mary Lúcia Gomes Silveira de; CASTILHO, Weimar Silva. Do currículo à palavra do professor de Língua Portuguesa do Ensino Médio Integrado. **South American Journal of Basic Education, Technical and Technological**. Rio Branco, UFAC, v.8, n.1, 681-699, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/SAJEBTT/article/view/4304/2873>. Acesso em: 19 jul. 2022.

FRIGOTTO, G. Educação e trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora. Perspectiva. Florianópolis, v.19, n.1, p.71-87, jan./jul. 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8463/7770>. Acesso em: 19 jul. 2022.

GADOTTI, M. Trabalho e educação numa perspectiva emancipatória. In.: II Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica: educação, emancipação e sustentabilidade. Florianópolis: Junho de 2012.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Identidades fragmentadas**: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

NETO, Irando Alves Martins. Ensino crítico de Língua Portuguesa no IFSP - Campus Presidente Epitácio. **Revista Leia Escola**, Campina Grande, v. 20, n. 2, 2020. Disponível em: <http://revistas.ufcg.edu.br/ch/index.php/Leia/article/view/1758/pdf>. Acesso em: 19 jul. 2022. <https://doi.org/10.35572/rle.v20i2.1758>

NICOLAIDES, C. S.; MATOS, A. S.; MOTA, V. M. A autonomia na ensinagem de línguas: a oscilação entre o individual e o social. In: GERHARDT, A. F. L. M. (Org.). **Ensino-aprendizagem na perspectiva da Linguística Aplicada**. Campinas: Pontes Editores, 2013.

NOVAES, T. D. de N. O ensino de língua portuguesa na educação profissional. In: **Anais do X Congresso Nacional de Educação – Educere**. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2011.

TAKAKI, N. H. Contribuições de teorias recentes de Letramentos Críticos para inglês instrumental. **RBLA**, v. 12, n. 04, p. 971-996, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbla/a/tdxF9NZrWTb8tBcXfwh3dYy/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 19 jul. 2022. <https://doi.org/10.1590/S1984-63982012000400015>

TÍLIO, Rogério. Ensino crítico de língua: afinal, o que é ensinar criticamente?. In.: JESUS, Dánie Marcelo de; ZOLIN-VESZ, Fernando; CARBONIERI, Divanize (Orgs.). **Perspectivas críticas no ensino de línguas**: novos sentidos para a escola. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

VALEZI, S. C, L.; COX, M. I. P. A língua portuguesa no ensino técnico-profissionalizante: a hegemonia da concepção instrumental. **Polifonia**, Cuiabá, MT, v.18, n.23, p.147-162, jan./jun., 2011.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

Data de submissão: 19/07/2022. Data de aprovação: 01/11/2022.